

A visão e Temores dos Educadores Ante ao Uso Abusivo de Substâncias Psicoativas por Adolescentes no Ambiente Escolar.

Marcelo Oliveira Do Nascimento;

Denise De Michele Avallone

Sylvia Vitalle

Universidade Federal de são Paulo

Resumo: Dentre os propulsores de uso contínuo de drogas na adolescência, temos a busca de sensações, rebeldia, tolerância a comportamentos desviantes, baixa auto-estima, sintomas depressivos e eventos de vida estressantes. Ante ao do consumo dentro e fora da escola, os educadores se vêem em um difícil dilema, pois a negação do consumo é eminente por parte dos alunos, visto que esse ato pode causar consequências amargas, sobretudo no âmbito familiar. A maioria dos professores carrega receios em tratar o assunto “uso de drogas”. Dentre os motivos, encontramos a falta de aparatos teóricos que facilitem tratar o tema, o verossímil medo de possíveis violências e até crença de que esse trabalho deve se dar apenas por profissionais especializados nessa área de conhecimento. Observamos que a maior parte dos professores pesquisados não possui o hábito de trabalhar a prevenção do uso de drogas por parte dos alunos, eximindo-se de sua função social e atribuindo somente aos profissionais da saúde a tarefa de conscientizar os menores das consequências advindas do abuso dessas substâncias.

Palavras chaves: professores, prevenção, substancias psicoativas.

Title: the vision and fears of teachers to ante abuse of psychoactive substances by teenagers in school environment.

Summary: Among the drivers of continued use of drugs during adolescence, we have the search for sensations, rebelliousness, tolerance of deviant behavior, low self-esteem, depressive symptoms and stressful life events. Before the consumption inside and outside of school, educators find themselves in a difficult dilemma, because the denial of consumption is distinguished by the students, since this act can cause bitter consequences, especially within the family. Most teachers carry fears to treat the subject of "drugs". Among the reasons is the lack of theoretical apparatuses that facilitate dealing with the topic, believable fear of possible violence and even the belief that this work should be given only by specialists in this field. We found that the majority of teachers surveyed do not have the habit of working to prevent drug use by students, exempting itself from its social function and assigning only to health professionals the task to educate children of the consequences resulting from abuse these substances.

Key words: teachers, prevention, psychoactive substances.

Introdução

Tendo como objetivo mensurar quais medidas preventivas tem sido adotadas pelos educadores ante a problemática do uso abusivo de drogas por parte dos adolescentes, tentamos identificar a eficácia dessas medidas, receios apresentados por esses profissionais mediante os entraves diários que necessitam enfrentar. Objetivamos ainda identificar os conceitos prévios formulados pelos docentes a respeito dos alunos tidos como usuários de drogas, observando o percentual de responsabilidade que esse educador acredita ter em face do consumo moderado e mesmo abusivo por parte dos escolares dentro e fora do ambiente educativo.

Conscientes da função social, da missão de formar seres capazes, que é atribuída às escolas pela sociedade e poder público, ela deve prover a inserção de seus estudantes, de modo plausível, na sociedade contemporânea, viabilizando o desenvolvimento de competências úteis no cotidiano desses menores.

Dada a escassez de estudo aprofundado sobre os receios dos educadores no que se refere ao uso abusivo de drogas por parte das crianças e adolescentes, a pesquisa apresentada se faz indispensável pela implementação de medidas que se mostrem eficazes junto aos alunos das diversas instituições de ensino, jurisdicionadas pelo poder público Estadual da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

Os professores são atores importantes na ação de modalidades junto ao público citado, público esse no qual a incidência do consumo é expressiva. Tendo como referência que é nessa idade que o uso abusivo de substâncias psicoativas tem apresentado números alarmantes, indicados pelas internações em clínicas de recuperação e hospitais, homicídios, acidentes automobilísticos, disseminação de doenças como AIDS e outras situações de risco que envolvem esse grupo. É necessário que se busque soluções práticas a fim de corroborar na busca de medidas que se antecipem à exposição dos jovens às referidas situações, e mesmo, proporcione aos já envolvidos uma ressignificação que fecunde em qualidade de vida.

Incubidos da trabalhosa tarefa de abandonar o mundo infantil e construir a identidade adulta, o período de adolescência é repleto de intrigantes experiências entre os laços emocionais com a família e o meio social (ALBERASTURY E KNOBEL, 1984), diante da descoberta da sexualidade e diversas sensações que nunca

experimentara antes. Essa nova vida, por vezes, é acompanhada de sentimentos de isolamento e fragilidade, o que gera defesa, caracterizando confrontos e oposições aos meios de convivência (ALBERASTURY E KNOBEL, 1984).

Abertos a novas experiências e aguçados pelo vislumbre momentâneo, a curiosidade ganha novos ares nesta fase, sendo potencializada pela baixa capacidade de mensurar os riscos a que cotidianamente estão expostos. Esta etapa da vida suscita grandes preocupações quanto ao consumo de drogas, pois os anos adolescentes constituem uma época de exposição e vulnerabilidade (BUCHER, 1992) nos mais variados âmbitos da vida, inclusive a exposição e acesso as substâncias psicoativas. Olhando nesse prisma podemos entender que, em face dos diversos ambientes frequentados pelos adolescentes, adicionado a curiosidade e outras características citadas, a experimentação é desejo possivelmente aflorado nessa época. Entretanto a problemática toma proporções maiores ao passo que o abuso de qualquer gênero passa a existir.

Com ação no sistema nervoso central (SNC) (OMS 2004), os psicotrópicos costumam alterar significativamente a função cerebral e temporariamente a percepção, o humor, o comportamento e a consciência. Tais alterações podem ser utilizadas para fins recreacionais (alteração proposital da consciência), rituais ou espirituais (uso de enteógenos), científicos (funcionamento da mente) ou médico-farmacológicos (como medicação). Com forte ação no SNC, podemos classificar as drogas psicotrópicas em três grandes agrupamentos, levando em conta a atividade que desencadeiam. Sendo esses estimulantes da atividade do SNC, depressores da atividade do SNC e perturbadores da atividade do SNC (CEBRID, 2003).

Lícitas ou ilícitas, tais produtos tem sido consumido de forma abusiva (SCHENKER e MINAYO, 2004) principalmente por jovens durante a escolarização básica (SOUZA e SILVEIRA, 2007). As lícitas são aquelas permitidas por lei, e compradas praticamente de maneira livre, e seu comércio é legal, existindo significativa dependência entre seus usuários, entretanto no Brasil, o ECA, Estatuto da Criança e Adolescente, regido pela lei 8069 de 1990, há duas décadas já proíbe a comercialização a menores de 18 anos. Com base nos estudos citados, podemos afirmar que tais medidas têm se mostrado ineficazes, dada a alta incidência de consumo pelos menores. Já as drogas ilícitas são aquelas cuja comercialização é proibida pela justiça, estas também

são conhecidas como “drogas pesadas” e causam forte dependência (CEBRID, 2003). Visando diminuir o abuso no uso de drogas, as políticas públicas de diversos países estabeleceram restrições e punições severas aos que comercializam esses produtos, por meio de promulgações de leis dirigidas aos comerciantes, tanto das lícitas e principalmente das ilícitas. Contudo no Brasil, a ética relativa ao uso dessas drogas é assunto de contínuos debates, em parte por causa desse potencial para abuso e dependência.

Destacando-se como uma população de alta incidência no consumo de drogas, dada as modificações físicas, comportamentais e emocionais (GIL, 2008), os adolescentes estão inseridos em uma faixa etária de risco e fragilidade da rede de apoio social (NOTO et al., 2004), demandando maior atenção por parte da família diante dos possíveis caminhos tortuosos que decidem trilhar nesta fase.

A maioria dos adolescentes conhece os efeitos das drogas de um modo geral e concorda com o fato de que o seu uso faz mal à saúde, porém alguns não acreditam que o uso esporádico possa gerar um ciclo vicioso (SILVA, 2010). A experimentação pode se dar em decorrência da desinformação; curiosidade; insatisfação com a vida; insegurança; frustrações e fácil acesso (SILVA, 2010). O primeiro contato com as drogas ocorre principalmente pelo fato de os adolescentes terem amigos que usam drogas, ocasionando uma pressão de grupo na direção do uso (REBOLLEDO, 2004).

Os propulsores de uso contínuo de drogas possuem variáveis individuais relacionadas a um estilo de vida não convencional, dentre elas: a busca de sensações, rebeldia, tolerância a comportamentos desviantes, baixa auto-estima, sintomas depressivos, eventos de vida estressantes e baixa escolaridade. (SANCEVERINO, 2003).

Diversos danos sociais estão relacionados ao consumo, como os prejuízos escolares e ocupacionais, assim como a violência, caracterizada pela ocorrência de brigas, homicídios e a prática de atos ilícitos, que podem ser oriundos do efeito dessas substâncias. Além de todos esses agravos, a droga pode ainda proporcionar alterações físicas e mentais (GIL, 2010) consolidando uma dificuldade de acompanhar de modo plausível as diversas atividades demandadas na vida diária, como as escolares.

Dado o destaque aos adolescentes entre a população envolvida no consumo de drogas, a de se considerar os prejuízos decorrentes nessa fase do desenvolvimento

humano, modificações físicas, comportamentais e emocionais (GIL, 2010) acarretadas pelo uso abusivo, que ameaça o desenvolvimento biológico, valores políticos, econômicos e sociais. Além de contribuir para o crescimento dos gastos com tratamento médico e internação hospitalar e de violência urbana; causa que aponta para o alto índice de mortes prematuras (CARLINI-COTRIM, 2000).

Também podem ser citados como fatores que predis põem o abuso dessas substâncias na adolescência: o contato com familiares etilistas (consumidores de álcool) e drogaditos; e mesmo aqueles responsáveis que agem com autoridade ou permissividade (SILVA, 2006), no que concerne à situação familiar, trauma familiar, separação, brigas e agressões estão associados ao grupo com maior probabilidade de se tornarem dependentes (REBOLLEDO, 2004). Estudos afirmam que maior uso de substâncias pelos jovens está associado a pais que exercem pouco controle sobre os filhos ou não se preocupam com seus hábitos, bem como a falta de diálogos entre eles. Fatores pessoais e sociais como não praticar uma religião, pouca aderência às atividades escolares (GRAUNBAUM, 2000).

A possível utilização de entorpecentes por parte de alunos durante o horário de aula é um assunto espinhoso. Dentro do ambiente escolar o consumo pode se dar nos banheiros da instituição, durante os períodos de intervalos e mesmo em locais do prédio com pouca circulação de pessoas. Diante do consumo os educadores se vêem em um difícil dilema, pois a negação do consumo é eminente por parte dos alunos, visto que esse ato pode causar consequências amargas, sobretudo no âmbito familiar, que comumente tem repulsa por tal ação.

Com base nessa temática, a prevenção se constituiu num esforço de se antecipar a doença, como o ato ou efeito de prevenir, de precaver, de chegar antes, de evitar algum dano. É a disposição ou preparo antecipado, preventivo, ou o modo de ver antecipado. Prevenir, como o próprio nome diz, é também prever, não apenas impedir. A prevenção do uso de drogas deve buscar grupos específicos (crianças, adolescentes, comunidade, escolas), incentivando-os a buscarem seu desenvolvimento integral, através das vivências pessoais (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1990). No caso específico do uso de drogas, a finalidade dessas ações é atuar sobre fatores que predis põem ao seu uso e abuso, criando uma mentalidade de participar da dinâmica social de forma ativa e preventiva. Nesse sentido, a prevenção fica reservada a medidas

adotadas antes do surgimento ou agravamento da situação, visando a afastar ou diminuir a probabilidade de ocorrência de danos nos indivíduos ou na coletividade.

Na Lei Nº 11.343 de 23/08/2006, **o seu artigo 19** diz que as atividades de prevenção do uso indevido de drogas devem observar, dentre diversos princípios, a formação continuada na área da prevenção do uso indevido de drogas para profissionais de educação nos três níveis de ensino. Existe, entretanto, por parte dos educadores receios em tratar o assunto “uso de drogas”. Os motivos têm início pela falta de aparatos teóricos que facilitem tratar o tema, passa pelo verossímil medo de possíveis violências e vão até a crença de que esse trabalho deve se dar apenas por profissionais especializados nessa área de conhecimento. A escola como instituição e aos educadores é atribuído a difícil tarefa de conscientizar os menores dos prejuízos oriundos do uso abusivo de substâncias psicoativas, esperando que tais medidas se façam eficazes. Nos livros de ciências e biologia, adotados pelas escolas públicas da Rede Estadual de Ensino de São Paulo da Prefeitura Municipal de São Paulo, e diversas outras redes de ensino, tratam o assunto em um ou no máximo dois capítulos. Tal medida sugere que apenas o educador que leciona tais disciplinas deve discutir com os alunos essa problemática, mas à medida que os docentes destas e de outras áreas que compõem o currículo, não se sentem responsáveis por essa missão, ela não tem retornado fecunda, dado o crescente consumo de drogas por parte de adolescentes (CEBRID, 2010). Pouco se trata nas pesquisas consultadas da visão do educador diante da problemática, o que se sugere são medidas preventivas, mas tendo em vista que, no trabalho como educadores, se eles não se apoderam dessa proposta e a colocam em prática, o que teremos são somente teorias vazias, ausentes de significado prático, que não resultam em redução no consumo de forma abusiva por parte dos menores dentro e fora da escola.

Ao que se sabe, além da escola a ação da família é crucial na ação protetora a essas situações de riscos vividas pelos menores, os estudos associados aos estilos parentais (BAUMIRIND, 1966) tem classificado em autoritários aqueles que se mostram muito exigentes e dispõem de baixa afetividade; autoritativos aos responsáveis que exigem disciplina de um modo geral, porém são afetivamente envolvidos com os filhos; indulgentes são os que estabelecem baixo controle e alta afetividade; e por fim existem os pais negligentes, que se fazem permissivos e indiferentes com baixo controle e afeto aos seus tutelados (PAIVA E RONZANI, 2009). A primeira e última

denominação dos estilos parentais citados tem demonstrado menor grau de proteção a seus pupilos, deixando-os vulneráveis a diversos fatores de risco, como ocorre na drogadição.

Ainda com relação às famílias, ALVES e KOSSOBUDZKY (2002) constataram, em estudo direcionado a adolescentes internados por álcool e outras drogas na cidade de Curitiba, que a ocorrência de pais apresentando história de alcoolismo (73,7%), encontrado principalmente na figura paterna (67,6%), são resultados que remetem ao pressuposto de que a influência parental e/ou genética parece ser considerável na adoção de um comportamento determinado diante das drogas. Ressaltam, assim, que fatores ligados à família e à escola estão indiscutivelmente relacionados ao consumo de drogas por adolescentes. Há de se destacar o indispensável posicionamento dos pais e/ou responsáveis diante da educação de modo geral dos tutelados, pois as posturas educativas são importantes variáveis psicossociais na adoção de comportamentos prejudiciais à saúde entre os adolescentes, inclusive evitando o consumo de substâncias psicoativas por parte dos menores (RAI et al., 2003; RAMIREZ, et al., 2004; SIMONS-MORTON, et al., 2004).

Materiais e métodos

No intento de prover um estudo preliminar sobre as reais necessidades de intervenções e aferir os meios viáveis de suprir as necessidades dos educadores no campo preventivo ao uso abusivo de drogas, escolhemos o método quantitativo como medida investigativa. Utilizada para quantificar preferências, opiniões, atitudes e comportamentos, essa foi a melhor ferramenta que identificamos para aferir de modo plausível, e para formulação de um resultado racional, de modo que transpareça do modo mais objetivo possível, a realidade da situação estudada.

A fim de coletar os dados junto aos professores, formulamos um questionário com base na bibliografia consultada. Antes mesmo da produção dos questionários, realizamos diálogos informais com os docentes durante o HTPC (horário de trabalho pedagógico coletivo) que é um encontro semanal utilizado como espaço de formação aos professores. No decorrer dessa pesquisa de campo, os sujeitos da pesquisa/os docentes não quiseram apresentar a identificação de nenhuma espécie, justificando o receio de expressar de forma sincera suas representações solicitadas no formulário.

Resultados

Os professores consultados lecionam para as séries do ensino fundamental ciclo II e ensino médio da rede estadual de ensino. O questionário não quantificou dados associados ao estilo de vida e demais particularidades dos respondentes, restringindo-se a posicionamentos diante de suas práticas decorrentes do trabalho docente. A maioria dos educadores questionados (44%) lecionam na área de ciências humanas, seguidos pelos pertencentes à área de código de linguagem (24%), exatas (20%) e finalmente biológicas (12%). Sendo 48% lecionam somente na rede estadual de ensino, os demais além de lecionar em escolas da rede estadual acumulam com uma rede municipal (28%) e mesmo em colégios particulares (24%).

O estudo teve o caráter transversal de modo quantitativo, para o qual escolhemos, por conveniência, uma escola estadual localizada no município de Guarulhos, povoado em média por 1.176.804 habitantes, sendo a segunda cidade mais populosa do estado de São Paulo, segundo senso do IBGE em 2010. Tendo em vista que é uma escola da rede estadual de ensino, a unidade é frequentada pela comunidade lograda nas adjacências.

Nesta escola, aplicamos os questionários aos educadores, anônimos assegurando sigilo quanto à identidade dos respondentes.

O questionário contém questões fechadas e de múltipla escolha. A aplicação se deu mediante distribuição dos questionários aos educadores que se mostraram interessados no preenchimento. Após preencher, os educadores depositavam os questionários em uma caixa disponível na sala dos professores. Esse período correspondeu a uma semana. No cabeçalho do questionário, que denominamos AVREMP (avaliação de receios e medidas preventivas) havia direcionamento para o preenchimento a fim de evitar anulações de questionários preenchidos erroneamente.

Os dados coletados foram tabulados no programa Excel da Microsoft, no qual identificamos as questões de acordo com o percentual atribuído para cada alternativa. Foram 50 professores respondentes. Todos os questionários estavam totalmente respondidos, ausentes de identificação e condizentes com as instruções descritas no cabeçalho explicativo.

Discussão

Ao longo da aplicação dos questionários os medos e receios dos educadores pesquisados eram expressos pelos seus discursos nas reuniões de trabalho coletivo, onde falavam sobre as experiências ruins vividas com alunos classificados como usuários de drogas. Até acontecimentos de quinze anos atrás eram relatados com riqueza de detalhes, elencando as sensações de insegurança e sentimento de impotência ante a possibilidade de sofrer algum tipo de violência. Nos últimos dois anos, tanto escolas públicas e particulares têm demonstrado suas fragilidades no combate à violência de um modo geral, agressões que por vezes resultam em óbitos têm sido veiculadas nas mídias escritas e faladas.

Alguns professores se certificavam por meio de questionamentos recorrentes ao aplicador a respeito do sigilo das respostas dos questionários, dando a impressão de que, em caso de uma possível identificação, poderiam não refletir de modo transparente os acontecimentos reais da escola.

No que concerne ao conhecimento teórico científico sobre o uso de drogas por parte dos adolescentes em idade escolar, 44% dos professores relataram que já realizaram algumas leituras sobre o assunto, entretanto, não se aprofundaram no tema, apenas adquiriram conhecimentos superficiais, muito distantes do intuito de trabalhar a prevenção de drogas junto aos alunos. Destacamos que 48% dos entrevistados disseram não tratar o assunto durante as aulas. Os que tratam o uso abusivo de drogas enfatizam um direcionamento emocional do assunto, conscientizando os menores as possíveis consequências advindas do uso, para o aluno e sua família.

Ocupando um lugar significativo na vida do jovem, o espaço escolar é ninho de experiências únicas na vida dos menores, pois é nesse espaço que se inicia, além do da família, o estabelecimento de diversas relações interpessoais. Desde os amigos que compartilham as classes em que estudam, ou mesmo os intervalos, horários de entradas e saídas e os professores, esses últimos são tidos como referenciais pelos discentes, uma vez que suas frases, posturas, solicitações e ensinamentos, na maioria das vezes são seguidas com respeito e dedicação pelos alunos. Todavia acreditamos que os professores possuem o poder da palavra, e essa habilidade deve ser utilizada com empenho para minimizar a possibilidade de insucesso na vida dos jovens. Isso pode se dar com aulas que os levem a reflexão de diversos assuntos atrelados à vida cotidiana,

inclusive o desenvolvimento de criticidade a respeito do uso de álcool, tabaco e outras drogas, que culturalmente estão inseridas na comunidade de expressivo número de alunos.

Identificamos ainda que, durante a prática educativa dos educadores envolvidos na pesquisa, a maior parte (36%) sequer aborda, mesmo de maneira simplória, o uso de substâncias psicoativas. Dentre os que direcionam aulas com conteúdos teóricos a respeito de drogas diversas, 48 % crê que tais aulas podem evitar o contato aos que nunca consumiram esses produtos, porém é incapaz de reabilitar aqueles considerados como usuários. Essa crença pode ser ruim do ponto de vista preventivo, pois limita as possibilidades dos usuários que são tidos como irrecuperáveis e distantes de uma ressignificação diante do uso abusivo de drogas. Uma fatia expressiva dos educadores (44%) acha que as informações incompletas e/ou sem embasamento científico podem talvez despertar junto aos alunos o interesse pela experimentação de drogas.

Apenas 4% dos entrevistados acham o tema de fácil abordagem durante as regências, e 40% estão certos de que a sua formação acadêmica, ausente da área da saúde, não proporciona preparo para tratar o uso de drogas com destreza. Assim, o professor se distancia de sua responsabilidade de prevenir, ocupando uma zona de conforto que perigosamente pode refletir em uma acomodação que não condiz com o papel educativo que nos propomos a realizar quando nos dispomos a honrar esse ofício. Ainda 44% dizem que podem até acumular experiências como educador ao longo dos anos, mesmo assim apresentará receio em tratar o consumo de entorpecentes junto aos discentes. Aqueles que propõem a discussão do consumo de substâncias lícitas e ilícitas durante as aulas, relataram que têm cautela e não costumam ser tão claros em pontos mais delicados como o tráfico, justificando essa ação pela insegurança que acreditam rondar os educadores.

No que se refere ao narcotráfico nas adjacências da escola, 48% disseram ser bem sutil, porém visível, 80% acreditam que o tráfico ocorre na porta da escola apesar de nunca terem presenciado e 76% relataram ainda que a disseminação de entorpecentes ocorre inclusive dentro das unidades de ensino. Dos professores questionados, 52% acham-se parte responsável em conscientizar os jovens das conseqüências do uso abusivo de drogas, crendo que um processo preventivo eficaz deve atingir prioritariamente a família (64%).

Entretanto 52% confirmam não conseguir realizar um trabalho efetivo de prevenção do uso de drogas junto às famílias dos discentes por motivos diversos, como a baixa frequência dos pais no acompanhamento da vida escolar dos filhos. A maioria dos pais não comparece nem mesmo nas reuniões bimestrais, que acontecem quatro vezes durante o ano, justificando alguns pela ocupabilidade exaustiva do seu emprego.

Em relação aos receios dos educadores, é preciso considerar que as escolas da rede estadual de ensino dispõem de pouca segurança ante a possibilidade de algum tipo de violência, envolvendo qualquer personagem da comunidade escolar. O recurso relatado é a ronda escolar, que passa esporadicamente no prédio ao longo do dia, não favorecendo um aparato instantâneo em meio ao um desacato, ameaça e até agressão.

Quanto às características comportamentais observadas pelos professores por parte dos alunos, das que podem permitir a identificação dos usuários, houve o relato de: odor de álcool (8%), irritabilidade nasal que é sugestivo ao uso de cocaína (8%), irritabilidade conjuntiva que é sugestivo ao uso de maconha (12%), odor de maconha na roupa (16%), euforia (20%) e mesmo irritabilidade sem motivo aparente (36%). Os educadores, possivelmente por receio, ao identificar o aluno como usuário, comumente encaminham à direção da escola (68%), a qual dificilmente consegue estabelecer uma medida preventiva e/ou remediativa.

Mais da metade dos educadores participantes (56%) acham que possivelmente lecionam para alunos que fazem uso contínuo e mesmo moderado de substâncias psicoativas, e entre esses a participação dos familiares não se faz de forma efetiva, motivo que talvez possibilite tal postura. Os educadores afirmam por meio das respostas do questionário (AVREMP) que, em comparação aos não usuários, o rendimento educacional dos que fazem uso é inferior, com acentuado desinteresse pelas aulas; 92% dos docentes concordam que o aproveitamento escolar que é refletido nas notas das avaliações e mesmo a frequência dos alunos considerados usuários é inferior aos demais alunos. Todavia, 68% afirmam que os menores tidos como usuários de drogas, costumam ser mais arredios e agressivos, por deveras apresentam um alto nível de indisciplina que, por conseguinte, dificulta sua prática educativa e o desenvolvimento de habilidades requeridas para a vida cidadã. Essa última afirmação foi feita por 72% dos educadores questionados.

O consumo de drogas de maneira abusiva, por parte dos alunos, origina uma malquista mistura entre as substâncias e a baixa capacidade de mensurar as consequências provenientes do uso, culminando em notas ruins e frequências abaixo do ideal para resultar na promoção para a série seguinte. Tendo como consequência o atraso na vida escolar e até mesmo a evasão permanente, afastando o menor de um futuro promissor, sonhado pela maior parte dos pais e professores.

Considerações finais

Associado a uma gama gigantesca de opções e repletos de incertezas que culminam em experimentação e por vezes dissabores, adolecer é estar abertos às novidades que podem nos oportunizar a formulação de conceitos que viabilizam a consolidação de um caráter propício ao enfrentamento de adversidades, situações que colocam em prova nosso poder de resiliência; ou a produção enfraquecida de um alicerce que servirá como base para construção de uma personalidade para os anos vindouros. É a essa personalidade que o jovem precisará recorrer para realização do seu sucesso nos âmbitos profissionais, sociais e pessoais; no caso de uma edificação deficitária a construção ficará comprometida, colocando em risco seu futuro nos três campos citados.

Conhecedores de grande parte das drogas lícitas e ilícitas, os jovens possuem baixa capacidade de identificar que o uso abusivo de substâncias psicotrópicas pode causar em sua saúde psicológica, biológica e social. A falta de maturidade e a satisfação por extrapolar as barreiras previamente definidas pelos pais e sociedades, podem causar experimentações nocivas e amargas com consequências.

Se aventurando ao uso experimental, esse contato inicial pode estabelecer futuramente o vício de acordo com a substância e período de utilização que o menor é exposto.

Segundo Schenker e Minayo (2004), no que se refere às drogas, classificam a escola em agente transformador, e também como lócus propiciador do ambiente que exacerba as condições para o consumo. As autoras ressaltam a existência de fatores específicos que predis põem os adolescentes ao uso de drogas, como por exemplo, a falta de motivação para os estudos, o absenteísmo e o mau desempenho escolar, a insuficiência no aproveitamento e a falta de compromisso com o sentido da educação.

Os programas de prevenção realizados nas instituições escolares, devem favorecer o desenvolvimento de habilidades sociais e acadêmicas entre os estudantes, além de possibilitar a melhora nos relacionamentos interpessoais, aumento do auto-controle, habilidades de lidar com o estresse, bem como habilidades de recusa à oferta de drogas (NIDA, 2003).

O trabalho que concatene uma prevenção efetiva deve ser realizado de maneira interdisciplinar e multidimensional, relevando que o uso de drogas está associado a um contexto histórico e cultural.

A escola, em que os educadores responderam ao questionário proposto, está localizada em uma região periférica da cidade de Guarulhos. Sendo da rede estadual de ensino, a unidade é frequentada pela comunidade lograda nas adjacências, considerada de baixo poder aquisitivo. Segundo relato dos professores, o consumo de drogas é um problema bem latente da localidade, pois alguns alunos deixam de frequentar a escola pela falta de motivação familiar e perspectiva de um futuro promissor, a fim de trabalhar no tráfico.

Mesmo diagnosticada a necessidade emergente em tratar de forma preventiva o uso abusivo de drogas lícitas e ilícitas, observamos que muito pouco é feito a respeito, uma vez que um número grande de professores relata não realizar nenhum tipo de trabalho preventivo, mesmo consciente de sua responsabilidade frente ao assunto de drogas. A maior parte dos professores encaminha os alunos à direção da escola, o que passa a impressão de que se exime do problema ao invés de se envolver de forma ativa na resolução.

Se de um lado temos a importante missão preventiva do professor, de outro observamos a ausência de aparatos protetionais do poder público para lidar com as possíveis consequências resultantes de inimizades dos comerciários de drogas ilícitas, sobretudo em regiões periféricas onde a taxa de criminalidade é crescente e diretamente ligada ao consumo de substâncias psicoativas que financia o crime organizado. A proliferação de notícias que endossam tal fato é diariamente exposto pela imprensa, restando ao professor uma difícil, mas não impossível tarefa de prevenir sem atingir interesses que coloquem em risco sua integridade como um todo.

De acordo com o decreto nº 52.674, de 29 de janeiro de 2008, os professores que lecionam em zonas rurais, definidas pela lei municipal de zoneamento e zonas

periféricas dos grandes centros urbanos, com condições ambientais precárias, integrantes da Região Metropolitana de São Paulo e de municípios com população igual ou superior a 300.000 (trezentos mil) habitantes, recebem um adicional de local de exercício que é acrescido a sua remuneração mensal de acordo com o número de aulas que leciona semanalmente, pois esses locais se constituem em área de risco ou de difícil acesso, caracterizados pelo grau de vulnerabilidade social. Essa medida remunera, mas não exime nem coíbe os professores à exposição de diversas situações de risco, em que são expostos diariamente em seu local de trabalho.

O ofício docente na rede pública de ensino do Estado de São Paulo é regido por um expressivo número de leis, decretos, deliberações, pareceres e indicações que normatizam a prática educativa. No entanto, não encontramos nenhum desses documentos que assegurassem ao professor sua segurança física e moral, com medidas profiláticas e/ou punitivas em caso de sua exposição à determinada situação de risco por parte dos alunos e comunidade local.

Não queremos parecer utópicos ao ponto de considerar que o trabalho preventivo ao uso abusivo de substâncias psicoativas seja tarefa fácil, mas à medida que estamos atuando na função de educador, não podemos nos mostrar indiferentes a essa problemática. Se de um lado, temos fragilidades e limitações diante do assunto, por outro, não podemos nos afastar de nossa função social de preparar os discentes para interagirem de maneira autônoma e coerente na sociedade, sobretudo de modo sadio.

Diversos pontos foram considerados como limitações ao longo do estudo, ou seja: as peculiaridades da escola e dos educadores pesquisados que talvez não possam ser extrapolados a outras unidades de ensino, dada às especificidades culturais e sociais oriundas das diferentes regiões do estado de São Paulo e mesmo do Brasil, contempladas com outras fragilidades senão as observadas nesta escola; ainda constatamos que em função do tempo para responder o questionário (30 minutos em média), associado a indisposição de alguns professores, forçaram-nos a reduzir o número de questões, a fim de obter maior aceitabilidade do grupo pesquisado. Possivelmente, com maior tempo e disponibilidade para direcionar a atenção necessária para preenchimento do questionário, poderiam ser abordados, de forma mais ampla, os diversos problemas apontados na bibliografia, resultando em uma discussão mais consistente a respeito do assunto. Ainda cremos que linhas de pensamentos

tendenciosos e alheios de embasamentos teóricos, repletos de visões estigmatizadas por parte dos educadores, bem como conceitos baseados em estereótipos podem conduzir a respostas desprovidas do contexto real.

Acreditamos, sobretudo, que o presente trabalho pode, também, direcionar um olhar atencioso ao uso abusivo de álcool, tabaco e outras drogas no ambiente escolar. Pois mesmo cientes da latência da problemática, poucas ações fecundas e pontuais tem sido promulgadas nos diversos segmentos de ensino da educação básica. O levantamento de consumo de drogas em 27 capitais, realizado pelo CEBRID no ano de 2010 endossa tal afirmação, tendo em vista que, em comparação ao levantamento anterior, temos aumentada a incidência em nosso estado.

Referências bibliográficas

ABERASTURY, Arminda; KNOBEL, Mauricio. *Adolescência normal*. 1. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

ALVES, Rudinalva.; KOSSOBUDZKY, André L. Caracterização dos adolescentes internados por álcool e outras drogas na cidade de Curitiba, *Interação em Psicologia*, 6 (1), p. 65-79, 2002.

BAUMRID, Diana. Current patterns of parental authority. *Developmental Psychology Monograph*, 1971. P. 1-32.

BAUMRIND, Diana. An exploratory study of socialization effects of black children: Some black-white comparisons. *Child Development*, 1972, p. 261-267.

BAÚS, José.; KUPEK Emil.; PIRES, Marcos. Prevalência e fatores de risco relacionados ao uso de drogas entre escolares. *Rev Saúde Pública* 2002; 36: 40-6.

BUCHER, Richard. *Drogas e drogadição no Brasil*. Porto Alegre: Artes Médicas. 1992

CARLINI, Elisaldo A.; GALDURÓZ, José .C.F.; NOTO, Ana R.; NAPPO, Solange A. Levantamento Domiciliar sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil: estudo envolvendo as 107 maiores cidades do país –2001 – Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID) – (UNIFESP) – 2001

CEBRID – Centro Brasileiro de Informações sobre drogas psicotrópicas. Livreto informativo sobre drogas psicotrópicas. UNIFESP, Universidade Federal de São Paulo. 5º edição, 2010.

COTRIM, Beatriz .C. Drogas na escola: prevenção, tolerância e pluralidade. In: Aquino JG. *Drogas na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus; 1998. p. 19-30.

DE MICHELI, Denise. ; FORMIGONI, Maria L. Drug Use by Brazilian students: associations with family, psychosocial, health, demographic and behavioral characteristics.. *Addiction* (Toronto), v. 99, n. 5, p. 570-578, 2004.

FONSECA, Marília S. Prevenção ao abuso de drogas na prática pedagógica dos professores do ensino fundamental, UNICAMP, 2006.

GALDURÓZ, José C.F.; NOTO, Ana R.; CARLINI, Elisaldo A. ; SANCHEZI, Zila M. ; OPALEYEII, Emérita S. ; FONSECA, Arilton M. ; SIRIMARCO Paulo L. Fatores associados ao uso pesado de álcool entre estudantes das capitais brasileiras, *Rev Saúde Pública* 2010;44(2):267-73

GIL, Hilda L.B. ; MELO Debora F. ; FERRIANI Maria G.C. , SILVA, Marta A.I. Opinião de adolescentes estudantes sobre consumo de drogas: um estudo de caso em Lima, Peru. *Rev Latino-am Enfermagem* 2008; 16(n°esp): 551-57.

GRAUNBAUM, Jo A.; TORTOLERO, Susan; WELLER, Nancy; GINGISS Phyllis. Cultural, social, and intrapersonal factors associated with substance use among alternative high school students. *Addict Behav.* 2000;25(1):154-1.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO /Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho/Associação Brasileira de Estudos do Alcool e Outras Drogas – ABEAD, “Programa Valorização da Vida: Uma proposta para uma política nacional de prevenção do consumo de álcool, tabaco e outras substâncias psicoativas”, Brasília, 1990.

NIDA, National Institute on Drug Abuse. Preventing drug use among children and adolescents. Maryland: 2. ed. 2003.

NOTO, Ana. R.; O uso das drogas psicotrópicas no Brasil: Última década e tendências. *Mundo da Saúde*, 1999, 23:5-9.

NOTO, Ana R.; NAPPO, Solange A.; GALDUROZ, José C. F.; MATTEI, Rita; CARLINI, Elisaldo A. Use of drugs among street children in Brazil. *Journal of Psychoactive Drugs*, 1997, 29:185-192.

NOTO, Ana.; GALDUROZ, José.; FONSECA, A.; CARLINI, C.; MOURA, Y.; CARLINI, Elisaldo. *Levantamento Nacional sobre o uso de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua nas 27 capitais brasileiras*. São Paulo: CEBRID. 2004

RAI, Alia. A.; STANTON, Bonita; WU, Ying; LI, Xiaoming.; GALBRAITH, Jennifer; COTTRELL, Lesley; PACK, Robert; HARRIS, Carole; D’ALESSADRI, D’Alessandri; BURNS, James. Relative influences of perceived parental monitoring and perceived peer involvement on adolescent risk behaviors: an analysis of six cross-sectional data sets. *Journal of Adolescent Health*, 2003, 33(2), 108-118.

RAMIREZ, Juan R.; CRANO, William D.; QUIST, Ryan; BURGOON, Michael; ALVARO, Eusebio M.; GRANDPRE, Joseph. Acculturation, familism, parental monitoring, and knowledge as predictors of marijuana and inhalant use in adolescents. *Psychology of Addictive Behaviors*, 2004, 18(1), 3-11.

REBOLLEDO, Ever A.O.; MEDINA, Neris M.O.; PILLON, Sandra C. Factores de riesgo asociados al uso de drogas em estudiantes adolescentes. *Rev Latino-am Enfermagem* 2004; 12 (n° esp): 369-75.

SANCEVERINO, Sergio L.; ABREU, José L.C. Aspectos epidemiológicos do uso de drogas entre estudantes do ensino médio no município de Palhoça 2003. *Cienc Saude Colet* 2004; 9(4): 1047-56.

SCHENKER, Miriam; MINAYO, Maria C.S. Fatores de risco e de proteção para o uso de drogas na adolescência. Núcleo de Estudos e Pesquisa em Atenção ao Uso de Drogas/UERJ, 2004.

SECRETARIA ESTADUAL DA EDUCAÇÃO, São Paulo. Decreto nº 52.674, de 29 de janeiro de 2008.

SILVA, Elissandro F.; PAVANI, Rafael A.B.; MORAES, Maria S.; NETO, Francisco C.; Prevalência do uso de drogas entre escolares do ensino médio do município de São Jose do Rio Preto, São Paulo, Brasil. *Cad Saude Publica* 2006; 22(6): 1151-58

SILVA, Kelanne L. ; DIAS, Fernanda L. A. ; VIEIRA, Neiva F. C.; PINHEIRO, Patricia N. C. Reflexões acerca do abuso de drogas e da violência na adolescência, *Esc Anna Nery* (impr.) jul-set; 14 (3):605-610, 2010.

SIMONS-MORTON, Bruce G.; CHEN, Rusan. Latent growth curve analyses of parent influences on drinking progression among early adolescents. *Journal of Studies on Alcohol*, 2005, 66(1), 5-13.

SOLDERA, Meire; DALGALARRONDO, Paulo; CORRÊA, Heleno R.; SILVA, Cleide A.M. Uso de drogas psicotrópicas por estudantes: prevalência e fatores sociais associados. *Rev Saúde Pública* 2004; 38(2): 277-83.

SOUZA, Delma P.O.; SILVEIRA, Dartiu X. Uso recente de álcool, tabaco e outras drogas entre estudantes adolescentes trabalhadores e não-trabalhadores. *Rev Bras Epidemiol*. 2007;10(2):276-87.

TAVARES, Beatriz F.; BÉRIA, Jorge U.; LIMA, Mauricio S. Prevalência do uso de drogas e desempenho escolar entre adolescentes. *Rev Saúde Pública* 2001;35(2):150-158.